

TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

SEGUNDA-FEIRA
25 DE ABRIL DE 2022



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



CURITIBA

URBS – Urbanização de Curitiba S/A

Prefeitura Municipal de Curitiba URBS - Urbanização de Curitiba S.A.

Av. Presidente Afonso Camargo, 330
Rodoferroviária - Bloco Central
80060-090 JD. Botânico Curitiba/PR
Tel. 41 3320-3000 / 3320-3232
www.urbs.curitiba.pr.gov.br

Relatório da Diretoria – Exercício 2021

APRESENTAÇÃO

A URBS, controlada pelo Município de Curitiba, o qual possui 99,92% de suas ações, é a empresa responsável pelas ações estratégicas de planejamento, operação e fiscalização dos serviços de transporte coletivo, táxis, transporte escolar, fretamento e motofrete, motoristas de aplicativo, EstaR eletrônico, além do gerenciamento e administração de equipamentos urbanos instalados em espaços públicos (bancas de revistas, quiosques, Rodoviária, Centro Comercial Rui Barbosa, Mercado Municipal Capão Raso, Lojas #CuritibaSuaLinda, etc).

AVANÇOS E DESTAQUES – TRANSPORTE COLETIVO

Em agosto foi disponibilizada a compra de créditos de recarga pelo WhatsApp, com o Recarga Clixq pelo número (41) 3891-1900 com pagamento por PIX ou cartão de crédito. Além desta opção, o usuário pode efetuar a compra de créditos pelo site da URBS, por APP's, nos Terminais de Transporte, bancas de revistas e nas Redes Condor e Muffato de Curitiba e região metropolitana.

As estações-tubo Ouro Verde, Morretes, Dom Pedro I e João Bettega (ambos sentidos) foram concluídas e voltaram a receber passageiros. Estas estações foram remodeladas para futura parada do ligeirão Norte/Sul. Inauguradas as estações-tubo Vila Olímpica e Fagundes Varela com a implantação do ligeirão Fagundes Varela/ Pinheirinho (linha 350).

Em maio ocorreu a implantação de nova faixa exclusiva na Rua Marechal Deodoro entre as Ruas Ubaldino do Amaral e Ângelo Lopes, com extensão de 1,5 Km, beneficiando cinco linhas de ônibus urbanas (Higienópolis, Tarumã, Alto Tarumã, Sagrado Coração e Detran/Vicente Machado) e quatro metropolitanas (Guarapuba/ Guadalupe, Pinhais/Guadalupe, Piraquara/Santos Andrade e Piraquara). Já são oito ruas na cidade com trechos onde há faixas exclusivas para ônibus, totalizando 10,5 Km.

Desde o dia 04 de setembro os usuários da linha metropolitana B42 - Maracanã/ Linha Verde podem realizar integração na estação-tubo Fagundes Varela, com opção de conexão nos terminais Bairro Alto, Cabral e Pinheirinho. Outra novidade é o novo ponto final desta linha, a estação-tubo PUC, que amplia ainda mais a possibilidade de integração do Município de Colombo com os terminais Portão e Oficinas por meio da linha 050 - Interbairros V. A partir do dia 25 de setembro, com a ativação da estação-tubo Fagundes Varela sentido Pinheirinho, a linha N01- Jd. Paulista/Fagundes Varela também passou a fazer integração na estação-tubo Fagundes Varela. Benefício para os usuários do transporte coletivo de Colombo e de Campina Grande do Sul que pagando apenas uma passagem podem utilizar toda a Rede Integrada de Transporte de Curitiba.

Entrou em operação no dia 17 de julho o Ligeirão Fagundes Varela/Pinheirinho, com 29 quilômetros de extensão (ida e volta), ligando o Bairro Alto ao Pinheirinho pela Linha Verde. O novo ligeirão tem capacidade para atender até oito mil pessoas por dia e permite a integração com linhas diversas nas estações-tubo do percurso, além de todas as conexões do Terminal do Pinheirinho.

Outra novidade é que desde o dia 25 de setembro os usuários do transporte coletivo que utilizam o cartão-transporte da Urbs podem realizar integração temporal nas estações-tubo Fagundes Varela, com a troca de sentido entre as estações no prazo de cinco minutos.

Dia 29 de maio iniciou a operação do Terminal Tatuquara com sete linhas de ônibus: 617-Jd Ludovica; 619-Sta Rita/CIC; 650-Sta Rita/Pinheirinho; 681- Dalagassa; 684-Rio Bonito; 685-Rio Bonito-CIC e 773-Vizinhança/Sta Rita. Um dos principais benefícios é a integração entre linhas da região, minimizando o tempo de espera, uma vez que o passageiro poderá utilizar mais de uma linha para se dirigir aos terminais Pinheirinho ou CIC.

Mesmo com a pandemia e a redução da circulação de pessoas, os prejuízos causados pelo vandalismo cresceram nos terminais, estações-tubo e pontos de ônibus em Curitiba. A Urbs mantém equipe própria e terceirizada para atender demandas provocadas pelo vandalismo, percorrendo os terminais diariamente para fazer a vistoria e apontar falhas. Esse reforço tem ajudado a reduzir o tempo de resolução dos problemas e o desconforto dos usuários do sistema. O tempo médio de reparo hoje é inferior a 24h.

A Guarda Municipal desenvolve um trabalho específico para inibir diversos tipos de delitos por meio da Patrulha do Transporte Coletivo. Equipes fazem rondas, mantêm presença em estações-tubo e terminais e fazem operações estratégicas que incluem abordagem a pessoas dentro dos ônibus. Também são atendidas situações de repressão a danos, tentativas de invasão e roubos e aquelas relacionadas à importunação sexual dentro de ônibus, com a condução dos suspeitos à delegacia, após acionamento da vítima ou de testemunhas, pelo telefone de emergência 153 da Guarda Municipal.

A Câmara Municipal de Curitiba aprovou no dia 27 de setembro em primeiro turno o projeto que prevê a renovação do regime emergencial de operação e custeio do transporte coletivo, que esteve em vigor durante 15 meses, entre março de 2020 e junho de 2021. O projeto prevê que o regime especial seja retroativo a julho de 2021 e fique em vigor enquanto durar a situação de emergência em saúde por conta do coronavírus. No regime emergencial há uma redução dos valores pagos às empresas e a remuneração passa a ser com base em quilômetros rodados e não mais em passageiros pagantes. Criado, por meio da Lei Municipal n. 15.627/2020, sancionada em maio de 2020, o regime era retroativo a 16 de março, data em que entrou em vigor o decreto de situação de emergência de Curitiba (n. 421/2020). O regime garantiu a continuidade do serviço em Curitiba durante a pandemia, diferentemente do que aconteceu em muitas cidades que enfrentaram greves, quebra de contratos e intervenção municipal no sistema.

Desde o dia 26 de março a Urbs está cruzando as informações sobre os infectados por COVID-19 com a Secretaria Municipal de Saúde. A partir do resultado positivo do teste PCR, o cartão-transporte é desabilitado por sete dias, a medida vale para todos os tipos de cartões. O procedimento é realizado após o cruzamento do CPF dos diagnosticados com coronavírus com os CPFs dos usuários de cartão-transporte da capital. Além de ajudar a monitorar o risco de contaminação no transporte coletivo, evita que pessoas com o vírus rompam o isolamento. De acordo com o levantamento epidemiológico da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, os ônibus não são focos da doença, pois 99,9% dos usuários do transporte não tem diagnóstico positivo. A partir de maio deste ano, os usuários do transporte coletivo já podem acessar a rede wi-fi Curitiba instalada em todos os terminais de cidade.

O Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba conta atualmente com 254 linhas urbanas operadas por 03 (três) Consórcios de empresas privadas que disponibilizam uma frota operante de 1.026 ônibus de diferentes padrões e capacidades. As linhas realizam, em média, por dia, 10.354 viagens, percorrendo mais de 209,34 mil km e transportou, em média, 550 mil passageiros por dia útil, devido aos redimensionamentos motivados pela pandemia, todas as 254 linhas passaram por intervenções neste período, totalizando 1.020 intervenções em tabelas horárias das linhas. O número de passageiros pagantes equivalentes contabilizou uma média de 341.290 passageiros.

Neste ano foram realizados 267809 atendimentos nas Ruas da Cidadania e Rodoviária, com a emissão de 116.763 novos cartões na modalidade Usuário, totalizando 1.871.633 pessoas que possuem cartão nesta modalidade, e 1.109 cartões na modalidade Estudante. Esse último confere ao usuário o benefício do Passe Escolar, que proporciona a aquisição de passagens pela metade do preço. Atualmente, 2.150 estudantes são beneficiários do Passe Escolar. Além disso, o sistema conta também com 198.124 cartões ativos na modalidade Isento, que confere gratuidade no transporte para pessoas idosas acima de 65 anos, pessoas com deficiência, aposentados por invalidez, agentes de fiscalização e operadores do sistema (motoristas, cobradores, etc.).

A utilização de cartão transporte para o pagamento da tarifa representou 68,49% do total de tarifas pagas ao sistema mensalmente. Este percentual vem crescendo nos últimos anos, de 2017 pra cá cresceu em torno de 8%.

O sistema de integração temporal, permite que o cidadão utilizando apenas o cartão transporte faça uso de mais de uma linha de ônibus sem a cobrança de uma segunda tarifa e sem a necessidade de trocar de linha dentro de um terminal. Essa funcionalidade está disponível em diversas linhas e estações tubo. O sistema de integração entre terminais de transporte e Ruas da Cidadania que também adota a utilização do cartão transporte para conexão entre esses equipamentos. Esse procedimento facilitou o acesso aos serviços públicos disponibilizados nas Ruas da Cidadania, com tempo de variação de uma a duas horas. A funcionalidade da integração temporal beneficiou 570.749 usuários, sendo 496.230 que utilizaram o cartão para integrar entre linhas da RIT e 74.249 que usufruíram da integração entre terminais e Ruas da Cidadania.

A equipe de vistoriadores da URBS realiza inspeções periódicas em todos os veículos do Transporte Coletivo de Curitiba de forma a garantir as condições de qualidade e segurança dos serviços prestados. Em 2021, foram realizadas 3.820 inspeções veiculares.

A fiscalização da Urbs continua mobilizada para garantir que sejam cumpridas as medidas necessárias para a contenção da disseminação pelo coronavírus. O foco é preventivo, com orientações diárias aos usuários do transporte coletivo sobre as medidas de segurança para evitar aglomeração e da obrigatoriedade do

uso de máscaras. Os fiscais orientam as empresas de ônibus e o Setransp para intensificarem diariamente a higienização da frota quando o veículo recolher à garagem, sobre a necessidade de distanciamento de motoristas e cobradores dos demais usuários no interior do veículo e também quanto à disponibilização de álcool gel 70% aos operadores. Acompanham a operação diária do transporte coletivo, monitorando as linhas de ônibus, movimentação de passageiros e liberação de veículos especiais que ficam à disposição e podem ser utilizados em linhas que haja necessidade. 534 com o objetivo de controlar a lotação máxima prevista nos decretos. Realizam também, pesquisa junto aos operadores sobre a lotação no trajeto da linha (Bairro/Terminal e Terminal/Bairro) e nas estações-tubo. Priorizam o embarque dos profissionais que atuam em hospitais de Curitiba, fiscalizam o cumprimento do distanciamento social. Acompanharam a Linha Vacina saindo do Terminal Campina do Siqueira em direção ao Pavilhão da Cura e a Linha Exclusiva Saúde com viagens às 06h e às 07h, saindo do Terminal Pinheirinho e às 18h20 e às 19h20 saindo da Praça Rui Barbosa. Além do monitoramento, a fiscalização em conjunto com o Centro de Controle Operacional CCO realizam relatórios de acompanhamento da Operação COVID-19 apontando a necessidade de inserção ou retirada de veículos em operação, a fim de se manter o equilíbrio entre oferta e demanda de veículos nas linhas de ônibus urbanas. Realizam orientação e acompanhamento quanto a sanitização nos ônibus, estações-tubo e terminais de ônibus realizada por empresa terceirizada e além disso, acompanham obras, desligamentos de energia, quedas e podas de árvores, acidentes, realocação de pontos, pavimentação, deslocamento de cargas excedentes, mudanças, verificação de itinerários de linhas (giro de veículos, cabeamento baixo, agulhas, etc), içamentos, pinturas de sinalização, manifestações, concursos, processos seletivos, manutenções em Estações Tubo e Terminais, acompanham equipes de reportagens entre outros, por onde trafegam ônibus do Transporte Coletivo. A equipe de fiscalização do transporte, diariamente, realiza a reposição de cartazes orientando a operação COVID-19 nos terminais e estações-tubo do Transporte Coletivo. Mesmo com todas estas atribuições, de outubro a setembro foram emitidos 3.817 autos de infração ao regulamento do transporte coletivo, que podem ser objeto de até dois recursos pelas operadoras, ou também de medidas saneadoras que podem ou não ser aceitas pela Urbs em troca da multa pecuniária. As equipes de fiscalização de campo, com cerca de 148 fiscais, ainda acompanharam 593 ações especiais como orientação em desvios de itinerários, atendimento em acidentes e eventos de grande porte, totalizando a número de 2.011 efetivos disponibilizados para atender estes eventos.

SERVIÇOS DE TÁXI

Os serviços de táxi contam atualmente com uma frota de 2.503 veículos, sendo 2.136 tipo convencional, 162 tipo executivo, 10 tipo compartilhado de uso convencional e 3 tipo especial para taxistas com deficiência. A frota tem idade média de 3,50 anos. No segmento de Transporte Escolar, o serviço conta atualmente com 934 veículos cadastrados. Quanto ao serviço de transporte remunerado de passageiros de natureza privada, também conhecido como Fretamento, são atualmente 144 veículos cadastrados. Para o serviço de transporte individual de passageiros (UBER, 99, Cooper Eco Drivers, Drivers Mulheres, Genesis, Maxs, Metropolitano, Muvcar, Tereza de Carvalho Brandão, André Colares Jeronymo, Wappa e JJADJ), Até dezembro a Urbs recebeu o registro de 46.002 motoristas que tiveram seus cadastros analisados e destes, 20.996 tiveram as credenciais emitidas, totalizando 30.175 carteirinhas emitidas. Já para a execução de serviços de motofrete, atualmente são 2.415 motocicletas cadastradas. Foram realizadas 980 inspeções em táxis, 1.590 em veículos do transporte escolar, 468 em veículos utilizados para as atividades de fretamento e 281 para o serviço de motofrete.

GESTÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS

A URBS responde atualmente pela gestão de 1.094 permissões de uso relacionadas a espaços e equipamentos urbanos, tais quais bancas de revistas e quiosques instalados por toda a cidade, boxes da Rua da Cidadania Matriz, espaços comerciais localizados nos terminais da RIT, no Mercado Municipal Capão Raso, no Centro Comercial Rui Barbosa, nas Ruas da Cidadania, Rua 24 horas, em logradouros públicos e na Rodoviária de Curitiba. Atua ainda na gestão de contratos de concessão, como o do Novo Mobiliário Urbano, da Rua 24 Horas, do Centro de Eventos Expo Renault Barigui, da Mídia Embarcada, dentre outros. A Rodoviária, além de seus espaços comerciais, abriga também 33 agências de viagem que comercializam diariamente passagens para viagens estaduais e interestaduais. Foram registrados 3.210.167 embarques, desembarques e passageiros em trânsito.

A URBS administra os estacionamento do Centro Comercial Rui Barbosa, Mercado Municipal Capão Raso e Rodoviária, onde foram atendidos 164.007, 144.593 e 134.818 usuários, respectivamente. Ainda, gerencia e opera os sanitários públicos de Curitiba, localizados no Terminal Guadalupe, Praça Osório, Rua da Cidadania da Matriz, Parque Barigui, Arcadas do Pelourinho e Arcadas de São Francisco. Esses equipamentos registraram o atendimento a 422.107 usuários. Em fevereiro, o Jardim Botânico um dos pontos turísticos de Curitiba mais visitados da capital, também ganhou vagas de EstaR com entrada pelo cruzamento da Linha Verde com a BR-277. Novas vagas de EstaR também foram criadas no bairro Rebouças, localizadas na Rua Santo Antonio, na Avenida Presidente Getúlio Vargas e as ruas Engenheiros Rebouças, Brasília Itiberê, Almirante Gonçalves, Baltazar Carrasco dos Reis e Chile, além do perímetro de vias entre as ruas Brigadeiro Franco e João Negrão, entre a Avenida Getúlio Vargas e a Rua Conselheiro Dantas.

Dia 02 de julho entrou em operação o SmartPark São Francisco, estacionamento inteligente que passou a funcionar no terreno onde ficava a antiga Sociedade Operário, são 94 vagas com sistema de vagas rotativas, em 3,236 metros quadrados, com funcionamento 24h por dia e ativação por meio de EstaR Eletrônico.

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Outro importante instrumento que visa fomentar o interesse do meio acadêmico em elaborar estudos sobre as temáticas da gestão urbana é o endereço de e-mail relacionamento@urbs.curitiba.pr.gov.br. Por meio deste canal, estudantes e professores podem encaminhar diretamente suas demandas por informações sobre os serviços gerenciados pela Urbs e receberão todas as informações disponíveis em pouco tempo. Foram atendidas 100 solicitações de informações de estudantes do ensino médio e superior, bem como de instituições governamentais ou privadas, que realizam pesquisas ou mapas comparativos sobre os serviços municipais.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Os serviços prestados pela URBS responderam pelo registro de 16.890 protocolos na Central 156 e em torno de 4,7 milhões de informações ao cidadão via telefone. Foram prestados, pela Ouvidoria da empresa, 528 atendimentos envolvendo demandas da população e segmentos específicos. Além disso, foram enviados pela Câmara de Vereadores 19 Projetos de Lei para análise técnica e 241 pedidos de informação, os quais foram respondidos pelas equipes técnica e jurídica da URBS e encaminhados via Ouvidoria.

A Área de Tecnologia da Informação registrou cerca de 18,25 milhões de acessos ao portal eletrônico da URBS.

Em atendimento ao que preconiza a Lei de Acesso à Informação, a URBS recebeu e respondeu 261 solicitações que versavam, em sua grande maioria, sobre o gerenciamento do Transporte Coletivo de Curitiba, no intuito de garantir a transparência em seus atos, disponibilizando ao cidadão todas as informações relacionadas ao controle, estrutura e funcionamento dos serviços públicos por ela gerenciados.

DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A Receita Operacional cresceu cerca de 32% em relação a 2020, e representou a monta de R\$ 89,6 milhões. A receita auferida é oriunda, principalmente, das operações relacionadas ao gerenciamento do transporte coletivo, administração da Rodoviária e da exploração comercial de permissões e equipamentos urbanos. Os parcelamentos de tributos Federais e com a Copel estão sendo pagos rigorosamente em dia.

Ao final do exercício, a empresa apurou lucro contábil na monta de R\$ 10,5 mil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Direção da URBS agradece a confiança e o apoio do Poder Executivo Municipal, bem como, das equipes das Secretarias e de outros órgãos da administração municipal. Também reconhece as importantes contribuições dos membros da Sociedade e dos Conselhos de Administração e Fiscal. Por fim, consigna o seu reconhecimento aos colaboradores da URBS pelo trabalho comprometido e dedicado à causa pública.

Curitiba, 06 de abril de 2022.

OGENY PEDRO MAIA NETO
Presidente

PEDRO HENRIQUE SCHERNER ROMANEL
Diretoria Administrativa e Financeira

ALDEMAR VENANCIO MARTINS NETO
Diretor de Operações

VALÊNCIO DOS ANJOS NARLOK
Contador – CRC/PR nº 059.666/O

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$)

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		35.479.297,83	21.075.321,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	20.931.729,94	12.416.252,67
Contas a receber	5	10.672.623,11	5.944.749,79
Adiantamentos à Funcionários		694.056,73	348.175,02
Adiantamentos à Fornecedores		(67,89)	(67,89)
Outras Contas a Receber	6	1.813.629,94	1.354.571,50
Impostos a recuperar		941.472,68	658.023,50
Estoques		425.853,32	353.617,16
NÃO CIRCULANTE		67.585.371,71	66.727.427,80
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		16.184.297,21	14.415.759,55
Depósitos Judiciais	7	15.859.254,72	14.090.717,06
Empréstimos Compulsórios		325.042,49	325.042,49
INVESTIMENTOS		8 18.487.451,60	19.437.452,49
Imóveis Não destinados a venda		18.445.251,60	19.395.252,49
Outros Investimentos		42.200,00	42.200,00
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		9 32.913.622,90	32.874.215,76
Imóveis		37.364.296,93	37.364.296,93
Equipamentos e instalações		5.466.523,65	5.377.880,57
Veículos		222.134,00	249.541,00
Outras Imobilizações		141.649,63	19.155,70
Intangível		230.073,97	121.666,85
Depreciação e amortização acumulada		(10.511.055,28)	(10.258.325,29)
TOTAL DO ATIVO		103.064.669,54	87.802.749,55

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		59.708.678,99	49.952.097,96
Fornecedores	10	10.807.679,37	13.547.370,36
Contas a Pagar	11/18	15.338.113,44	10.041.655,32
Salários e ordenados a pagar		1.555.474,64	-
Obrigações Sociais	12	4.766.221,58	2.834.566,46
Obrigações Tributárias	13	4.472.278,55	3.808.673,30
Parcelamentos Tributários	13	2.444.121,62	3.461.891,91
Provisão p/férias e encargos sociais		10.374.929,72	5.978.900,54
Obrigações por planos comunitários	14	7.373.554,61	7.423.081,61
Adiantamentos de Clientes (FUC)		71.123,16	71.068,95
Outras Contas a Pagar		2.505.182,30	2.784.889,51
NÃO CIRCULANTE		42.647.164,88	52.908.155,87
Obrigações p/reincorporação de imóveis	15	-	10.066.791,95
Valores Vinculados		7.196,80	5.277,96
Provisão para contingências	16	35.858.506,06	34.969.113,61
Obrigações Tributárias - LP	13	1.863.990,86	1.863.990,86
Parcelamentos Tributários - LP	13	4.935.462,08	6.002.950,99
Outras Obrigações - LP		(17.990,92)	30,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17 708.825,67	(15.057.504,28)
Capital Realizado	17a	85.714.616,00	84.144.961,00
Adiantamento Para Futuro	17b	966.858,00	2.466.858,00
Aumento de Capital		31.808.230,95	16.122.079,00
Reservas de Capital		36.461.957,70	36.774.032,99
Reservas de Reavaliação	17c	(154.242.836,98)	(154.565.435,27)
Resultados acumulados			
TOTAL DO PASSIVO		103.064.669,54	87.802.749,55

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em R\$)

		31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		89.569.466,88	67.336.533,52
Receita de Prestação de Serviços		89.248.199,93	67.211.763,02
Receita de Revenda de Mercadorias		321.266,95	124.770,50
DEDUÇÕES		(8.941.661,88)	(6.443.879,43)
Impostos e Contribuições s/ Vendas		(8.940.394,88)	(6.441.958,93)
Descontos Incondicionais		(1.267,00)	(1.920,50)
RECEITA LÍQUIDA		80.627.805,00	60.892.654,09
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(52.251.789,08)	(37.011.553,56)
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		(149.392,76)	(26.360,46)
LUCRO BRUTO		28.226.623,16	23.854.740,07
DESPESAS OPERACIONAIS		(35.843.049,13)	(35.178.630,84)
Despesas gerais e administrativas		(35.558.797,84)	(32.359.606,66)
Despesas com Vendas		(28.163,70)	(50.850,00)
Despesas financeiras		(874.949,89)	(2.851.683,56)
(-) Receitas financeiras		3.433.526,29	415.554,98
Variáveis Monetárias Passivas – Juros s/ Parcelamentos		(1.924.598,06)	(332.045,60)
Outras Despesas Operacionais		(890.065,93)	-
RESULTADO OPERACIONAL		(7.616.425,97)	(11.323.890,77)
OUTRAS RECEITAS		7.626.948,97	41.081,22
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10.523,00	(11.282.809,55)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Lucro/Prejuízo por lote por mil ações do Capital Social no final do exercício social (em reais)

0,12 (134,09)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referente aos saldos relativos ao contas a receber, relacionado aos Planos Comunitários a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas, cujos saldos estão pendentes à longa data.

Em 31 de dezembro de 2021, a Composição das contas a receber por idade de vencimento, está composta da seguinte maneira:

Descrição	Valor
A vencer	2.174.655,01
Vencido até 30 dias	624.089,05
Vencido de 31 a 60 dias	463.875,48
Vencido de 61 a 90 dias	293.158,02
Vencido de 91 a 120 dias	262.287,45
Vencido de 121 a 150 dias	295.735,53
Vencido de 151 a 180 dias	24.200,323,22
Total	28.556.642,51

Planos Comunitários
A totalidade do saldo de R\$ 6.963.416,44 (R\$ 6.974.076,36 em 2020) se referem a valores a receber que se encontram vencidos à longa data e, dessa forma, a Companhia a partir do exercício de 2.018 passou a constituir provisão para perdas em decorrência da ausência de expectativa de realização desses créditos. A composição do contas a receber por idade de vencimento, relacionados aos planos comunitários, está composta da seguinte maneira:

Descrição	Valor
Vencidos em 1990 a 1995	24.519,97
Vencidos em 1996 a 2000	2.471.508,93
Vencidos em 2001 a 2005	4.088.332,67
Vencidos em 2006 a 2010	362.269,86
Vencidos em 2011 a 2013	13.997,71
Total	6.963.416,44

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Prefeitura Municipal de Curitiba	411.065,38	1.661.948,55
Valores a ressarcir – PREFEITURA	182.827,01	(28.886,38)
Valores a ressarcir – SETRAN	(1.164.009,72)	(492.410,94)
Valores a ressarcir – IPPUC	151.556,46	106.388,45
Parcelamentos a Receber	2.101.724,20	0,00
Contas a receber diversas	130.466,61	107.531,82
TOTAL	1.813.629,94	1.354.571,50

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais, no montante de R\$ 15.859.254,72 (R\$ 14.090.717,06 em 2020) está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências em que a Companhia é parte.

8. INVESTIMENTOS

Rubrica registra, substancialmente, os valores relativos aos terrenos e imóveis que são de propriedade da URBS, os quais estão contabilizados a valor de custo, conforme permitido pelo item 56 do pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento. Além disso, a Companhia não está divulgando e tampouco preparou qualquer tipo de análise ou laudo de avaliação a valor justo destas propriedades, conforme requerido pelo item 79 do CPC 28 – Propriedade para Investimento. A Administração da Companhia acredita que em muito breve, a referida análise será concluída.

	2021	2020
Imóveis não destinados à venda	18.445.251,60	19.395.252,49
Outros investimentos	42.200,00	42.200,00
TOTAL	18.487.451,60	19.437.452,49

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos imobilizados da Companhia estão compostos conforme tabela abaixo, a qual demonstra, nas últimas colunas, os valores das imobilizações líquidas, por classe de bens, existentes na data do encerramento do Balanço Patrimonial, no exercício social de 2021 e o imediatamente anterior:

CONTA	TAXA ANUAL DE DEPRECIACÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	2021	2020
				Líquido	Líquido
Direito de uso de linhas telefônica	0%	19.155,70	-	19.155,70	19.155,70
Edificações	4%	7.955.533,78	(5.069.625,05)	2.885.908,73	3.082.754,45
Instalações	10%	104.513,08	(97.895,62)	6.617,46	-
Máquinas e equipamentos	10%	1.896.419,26	(1.573.149,66)	323.269,60	177.905,70
Móveis e utensílios	10%	1.551.441,70	(1.401.771,57)	149.670,13	170.361,23
Equipamentos de computação	20%	1.914.149,61	(1.908.494,62)	5.654,99	11.503,55
Terrenos	0%	3.709.883,12	-	3.709.883,12	3.709.883,12
Terrenos (reavaliação)	0%	25.698.880,03	-	25.698.880,03	25.698.880,03
Veículos	20%	222.134,00	(217.324,70)	4.809,30	-
Outros	10 e 20%	122.493,93	(122.463,26)	30,67	893,23
Intangível	20%	230.073,97	(120.330,80)	109.743,17	2.878,75
Totais		43.424.678,18	(10.511.055,28)	32.913.622,90	32.874.215,76

A Companhia não preparou a análise periódica quanto à vida útil e a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (análise de "impairment"), conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 27 – "Ativo Imobilizado". Não obstante, considerando que parte substancial do ativo imobilizado da Companhia é composto de Edificações e Terrenos (98,12%), no total de R\$ 32.294.671,88, a Administração entende que a referida análise não implicará em ajustes decorrentes de possíveis perdas relacionadas à recuperabilidade (*impairment*). Ademais, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequentemente, de caixa, sofrem interferência de políticas público-sociais relacionadas ao transporte público municipal e gestão de ativos próprios.

10. FORNECEDORES

A rubrica registra as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, cujo saldo está composto, substancialmente da seguinte maneira:

	2021	2020
Fornecedores diversos	10.728.170,18	13.448.821,79
Remessas recebidas em consignação	118.065,71	129.121,26
Obrigações a pagar	(38.556,52)	(30.572,69)
TOTAL	10.807.679,37	13.547.370,36

O saldo de fornecedores diversos, em 31 de dezembro de 2021, está composto conforme quadro abaixo, sendo que o principal saldo se refere à Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

	2021
Copel Distribuição S.A.	8.850.463,51
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.	1.151.157,76
Intersept Segurança Ltda.	334.513,72
Outros	631.836,66
TOTAL	10.967.971,65

O saldo de R\$ 8.850.463,51 se refere à parcelamento de faturas vencidas até Dezembro/2017, no montante de R\$ 16.806.843,30, que foi parcelado em 100 parcelas, das quais 49, no montante de R\$ 8.235.353,11, já foram liquidadas.

11. CONTAS A PAGAR

Correspondem aos compromissos firmados com credores diversos que em 31 de dezembro de 2021, estão compostos da seguinte maneira:

	2021	2020
Acordo judicial	10.746.106,38	7.005.768,06
Fundação Alpha	763.094,86	730.543,17
Medipar/Unimed	1.512.804,90	1.478.277,38
Shopping Popular/Rua 24 Horas	605.634,11	574.036,58
SSP – Rodoferroviária	252.393,14	252.393,14
Repasse PMC - Estar Eletrônico	1.456.999,53	0,00
Diversos	1.080,52	636,99
TOTAL	15.338.113,44	10.041.655,32

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Registra as obrigações com impostos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamentos da Companhia, tais como: INSS e FGTS. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13.

	2021	2020
INSS	4.645.861,13	2.690.946,01
FGTS	120.360,45	143.620,45
TOTAL OBRIGAÇÕES SOCIAIS	4.766.221,58	2.834.566,46

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra as obrigações com impostos e contribuições tais como: IRRF, ISS, PASEP, COFINS, etc. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária na ordem de R\$ 7.186.470,04, relativos ao período admitido no PERT, cuja consolidação resultou em liquidação de parte das dívidas com utilização de Prejuízos Fiscais acumulados, no montante de R\$ 5.512.537,15 (cinco milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e trinta e sete reais e quinze centavos).

Desta forma, naquele exercício foram contabilizados R\$ 10.176.763,30 como longo prazo após a consolidação do Programa pela Receita Federal.

Dos valores incluídos no PERT, Parcelamento Ordinário e Dívida Ativa, foi pago em 2021, o valor de R\$ 3.154.023,20 (parcelas 36 a 47/145).

Demonstrativo das Obrigações Tributárias:

	2021	2020
IRRF	410.012,08	467.855,88

IPTU	389.082,12	389.082,12
IRPJ	1.824.542,09	1.824.542,09
CSLL	678.691,63	678.691,63
CSLL/COFINS/PIS-PASEP	101.596,80	163.550,38
PASEP	309.605,64	(7.245,16)
COFINS	754.133,57	308.494,56
ISS	(10.925,55)	(27.634,85)
ICMS	15.540,17	11.336,65
TOTAL CURTO PRAZO	4.472.278,55	3.808.673,30

PASEP	255.730,76	255.730,76
COFINS	1.608.260,10	1.608.260,10
TOTAL LONGO PRAZO	1.863.990,86	1.863.990,86
TOTAL OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	6.336.269,41	5.672.664,16

Parcelamentos tributários

	2021	2020
INSS – PARCELAMENTO ORDINÁRIO	2.357.715,62	3.360.447,80
PERT/DÍVIDA ATIVA	86.406,00	101.444,11
TOTAL CURTO PRAZO	2.444.121,62	3.461.891,91

INSS - PARCELAMENTO ORDINÁRIO	166.571,10	677.143,11
COFINS	4.768.890,98	5.325.807,88
TOTAL LONGO PRAZO	4.935.462,08	6.002.950,99
TOTAL PARCELAMENTOS	8.402.830,66	9.464.842,90

14. OBRIGAÇÕES COM PLANOS COMUNITÁRIOS

As obrigações por planos comunitários têm como origem o convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Curitiba, onde a Companhia gerencia as operações de cobrança dos valores a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas.

15. OBRIGAÇÕES POR REINCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 13/maio/82 foi firmado convênio entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia, com intervenção da Prefeitura Municipal de Curitiba, visando transferir ao Estado os imóveis que compunham o Terminal de Cargas na CIC (Cidade Industrial de Curitiba), em contrapartida à quitação de dívidas da Companhia.

Em razão das áreas objeto do convênio terem sido invadidas, assentando-se no local inúmeras famílias, foi procedida a sua reincorporação, através da 48ª AGE, realizada em 21/dez/01, registrando em seu passivo os valores devidos ao Governo do Estado, em razão do convênio supramencionado. Durante o exercício 2021 foi promovida a baixa dos referidos valores contabilizados, tendo em vista a inexistência de dívidas perante o Governo do Estado do Paraná, conforme Protocolo nº. 01-049.754/2020, que em 31 de dezembro de 2020 apresentada saldo de R\$ 10.066.791,95.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das suas operações, incluindo processos de naturezas cível, tributária, trabalhista, administrativa e referentes à desapropriações. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão no montante de R\$ 35.858.506,06 (R\$ 34.969.113,61 em 2020) para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Trabalhistas	16.972.273,81	16.082.881,36
Cíveis, tributários e administrativos	18.839.587,25	18.839.587,25
Desapropriações judiciais	46.645,00	46.645,00
TOTAL	35.858.506,06	34.969.113,61

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figura no polo passivo em 351 processos de natureza trabalhista, conforme relatório dos seus assessores jurídicos.

Até 31 de dezembro de 2018 não haviam sido realizadas atualizações nos saldos relativos às contingências cíveis e trabalhistas, tendo em vista volume de ações não ser significativo e das mais variadas naturezas o que tornava inexecutable concluir acerca dessas ações até o final daquele exercício. A partir do exercício de 2019 foi iniciado o levantamento das ações em que a Companhia é parte, a fim de ter implementado um processo de catalogação, identificação e análise de probabilidade de risco jurídico de cada uma das ações impetradas contra a Companhia.

A partir da conclusão de parte desse levantamento, considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia contabilizou as provisões para contingências trabalhistas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos, conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Processos cíveis, tributários e administrativos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figura no polo passivo em aproximadamente 589 processos de natureza cível, tributária e administrativa, incluindo-se neste montante os processos derivados da extinta Diretran. De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados, principalmente à discussão de créditos a receber, multas, indenizações por dano material e moral, entre outros.

Assim como as contingências trabalhistas, até 31 de dezembro de 2018 a Companhia efetuava a constituição da provisão para contingências cíveis, com base na informação do departamento jurídico Interno e de assessores credenciados, que carecia da conclusão dos trabalhos de levantamento das ações em que é parte, a fim de ser implementado um processo de catalogação, identificação e análise de probabilidade e risco jurídico de cada uma das ações impetradas contra a Companhia.

No entanto, a partir do exercício de 2019, com base na conclusão de parte desse levantamento e considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia contabilizou as provisões para contingências cíveis, tributárias e administrativas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco jurídico reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram adequadas as contabilizações das ações consideradas como perda provável.

Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou pouco provável, conforme demonstrado abaixo:

	2021
Trabalhistas	4.056.000,00
Cíveis, tributários e administrativos	45.244.388,90
Ação Cível Pública Ministério Público Estadual	8.676.093.839,40
TOTAL	8.725.394.228,30

Dentre as ações cíveis classificadas como risco de perda possível, que possuem o montante de R\$ 8.725.394.228,30, destaca-se a ação movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, a partir da deflagração da "OPERAÇÃO RIQUIXÁ, em 2017, conduzida pelo GAECO (Grupo de Atuação Especial ao Combate ao Crime Organizado) e GEPATRIA (Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e Combate à Improbidade Administrativa) do Núcleo Regional de Guarapuava, na qual investiga-se suposta fraude na licitação do transporte coletivo urbano de passageiros da cidade de Curitiba, Edital nº 005/2009 – Concorrência Pública. O Ministério Público do Estado do Paraná requer, entre outros pedidos, que seja declarada a nulidade integral do procedimento licitatório deflagrado pelo edital de concorrência nº 005/2009-URBS, bem como dos contratos nº 084/2010, nº 085/2010 e nº 086/2010, em decorrência da suposta fraude à licitação e restrição da competitividade no processo referente à concessão para operação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Curitiba.

Conforme informação dos assessores jurídicos, inicialmente o juízo de primeiro grau havia declarado a decadência do direito pleiteado pelo Ministério Público (nulidade do edital 005/2009) o que extinguiu a ação. Porém no segundo grau a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reformou, entendendo não haver decadência e ordenando o retorno dos autos ao primeiro grau para julgamento. Dessa decisão de reversão foram apresentados 3 recursos: Embargos de Declaração, Recurso Especial e agora em 25/02/2022 Agravo em Recurso Especial.

O processo deverá seguir para análise no STJ (Superior Tribunal de Justiça), mas ainda aguarda resposta das outras partes ao recurso apresentado pela URBS, sendo que não há previsão de término da ação, nem grau de certeza sobre o resultado, pois ainda não há manifestação do mérito da demanda.

Conclusão dos levantamentos e catalogação das ações

A atual Administração acredita, apoiada na opinião do seu Departamento Jurídico e de demais assessores, que nas Demonstrações Financeiras do exercício a findo em 31 de dezembro de 2021, está concluída tanto a catalogação de todos os processos, bem como, a avaliação individual das ações de acordo com o pronunciamento contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que trata das contingências ativas e passivas, possibilitando o reconhecimento contábil em sua totalidade, cuja análise jurídica, considerou perda provável das ações, resultando no provisionado montante de R\$ 35.858.506,06.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 85.714.616,00 (oitenta e cinco milhões, setecentos e quatorze mil, seiscentos e dezesseis reais), está dividido em 85.714.616 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital: Em 31.12.2021, a rubrica mantém registrado o montante de R\$ 966.858,00 relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Prefeitura do Município de Curitiba cujo saldo aguarda apreciação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração para ser incluído na conta de Capital Social Realizado.

c) Reservas de reavaliação: Compreende a avaliação patrimonial (*Deemed cost*) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, principalmente relacionado à edificações e terrenos, contabilizada no balanço de 2016, conforme Nota Explicativa nº 9.

d) Lucro (prejuízo por ação): O lucro ou prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

18. PLANO DE PENSÃO

Mediante Deliberação da CVM nº 371, de 13/dez/00, que aprovou o Pronunciamento NPC nº 26 do IBRACON sobre a contabilização de benefícios a empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes destes benefícios foram instituídas e obrigatoriamente aplicadas para exercícios iniciados a partir de 01/jan/02.

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Alpha de Previdência e Assistência Social, entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil, com a finalidade de suplementar os respectivos benefícios previdenciários. Entretanto, devido à inexistência de déficits e responsabilidades correlatas da (planos de contribuição e/ou benefícios definidos) Companhia à referida Fundação, nenhum provisionamento foi constituído.

Com relação aos valores repassados pela Companhia, conforme controles e resposta de carta de circularização, à Fundação Alpha em 2021 foi R\$ 1.889.232,63 (R\$

	2021	2020
Reservas Matemáticas	202.134.587,28	188.485.728,80
Superávit Técnico Acumulado	4.954.449,83	10.457.545,39
Superávit (déficit) Técnico ao Ano	(5.503.095,56)	(3.963.489,76)

19. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias, além da informada abaixo:

a) **Composição dos Saldos:** Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 estão identificados a seguir:

	31.12.2021 Circulante	31.12.2020 Circulante
Disponibilidades e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	20.931.729,94	12.416.252,67
Contas a receber de clientes	35.520.058,95	30.792.185,63
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(24.847.435,84)	(24.847.435,84)
Outras contas a receber	1.813.629,94	1.354.571,50
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	10.807.679,37	13.547.370,36
Contas a pagar	15.338.113,44	10.041.655,32
Outras contas a pagar	9.878.736,91	10.207.971,12

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 para os instrumentos financeiros da Companhia para o grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de "Custo Amortizado" que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

b) **Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.**

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes e outras contas a receber: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar

Gerenciamento de Risco:

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito

Risco de Liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto os parcelamentos tributários e demais obrigações sociais e tributárias, são exigíveis em curto prazo.

Risco de Crédito: deriva da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Abaixo, está demonstrada a receita operacional bruta dos anos de 2021 e 2020:

	2021	2020
Receitas de locação	58.102.222,56	38.385.069,57
Receitas de administração	27.332.498,52	24.464.966,54
Receitas de serviços de táxi	1.368.638,69	1.737.684,20
Receitas de prestação de serviços	2.444.840,16	2.624.042,71
Receita com vendas	321.266,95	124.770,50
TOTAL RECEITA OPERACIONAL BRUTA	89.569.466,88	67.336.533,52
(-) Impostos e contribuições s/ receitas	(8.940.394,88)	(6.441.958,93)
(-) Descontos incondicionais	(1.267,00)	(1.920,50)
TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.941.661,88)	(6.443.879,43)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	80.627.805,00	60.892.654,09

22. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Companhia. Entretanto, apesar da melhoria nos resultados econômicos no exercício, a apresentação de contínuos prejuízos operacionais, deficiência de capital de giro e elevações do endividamento são indicadores que dificultam a Administração na manutenção e ampliação de suas atividades. A continuidade operacional e o equacionamento do passivo financeiro da Companhia dependerão de buscar fontes alternativas de recursos, da reestruturação dos negócios da Companhia, alienação de ativos e aporte de recursos financeiros dos acionistas.

OGENY PEDRO MAIA NETO Presidente	
PEDRO HENRIQUE SCHERNER ROMANEL Diretor Administrativo Financeiro	
Valêncio dos Anjos Narlok	Alexandre Cesar Cavichia
Contador - CRC-PR nº 59.666/O-0	Controle Interno

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da URBS – Urbanização de Curitiba S.A., abaixo assinados, assistidos pela empresa BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S, tendo examinado as demonstrações financeiras pertinentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, e conforme relatório da auditoria independente, são de parecer que os referidos documentos contábeis foram elaborados segundo a legislação em vigor, merecendo consequentemente, a aprovação dos Senhores Acionistas.

Curitiba, 12 de abril de 2022.

Conselheiros Fiscais: EDICLEUSA MEDEIROS ALVES, HUMBERTO LEVIS DE BITTENCOURT, LUCIANO VIDA DAL NEGRO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
Curitiba - PR
Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da URBS – Urbanização de Curitiba S.A. (COMPANHIA) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes,

a posição patrimonial e financeira da URBS – Urbanização de Curitiba S.A. (COMPANHIA) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia mantinha registrado o montante de R\$ 10.066.791,95 na rubrica "Obrigações por Reincorporação de Imóveis", decorrente convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia, com interveniência da Prefeitura Municipal de Curitiba, visando transferir ao Estado os imóveis que compunham o Terminal de Cargas na CIC (Cidade Industrial de Curitiba), em contrapartida à quitação de dívidas da Companhia. Em razão das áreas objeto do convênio terem sido invadidas, assentando-se no local inúmeras famílias, foi procedida a sua reincorporação, através da 48ª AGE, realizada em 21/dez/01, registrando em seu passivo os valores devidos ao Governo do Estado. O referido montante foi baixado durante o exercício de 2021 em contrapartida de Reserva de Subvenções no Patrimônio Líquido, pois a Companhia entende que tais dívidas são inexistentes perante o Governo do Estado do Paraná, conforme Protocolo nº. 01-049.754/2020. No entanto, em razão do não recebimento da resposta de circularização promovida junto ao Governo do Estado do Paraná, confirmando a inexistência da dívida, bem como em razão da ausência de acordo firmado entre a Companhia e o Governo do Estado do Paraná, encontramos nos impossibilitados de concluir sobre a adequação da referida baixa no montante de R\$ 10.066.791,95, bem como avaliar os possíveis impactos no resultado do exercício e seus efeitos no Patrimônio Líquido da Companhia, decorrentes desse tema em 31 de dezembro de 2021, sendo que nossos exames para validação desses saldos e da referida baixa ficaram limitados a aplicação de procedimentos alternativos de auditoria somente sobre a documentação colocada à nossa disposição pela administração da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à URBS – Urbanização de Curitiba S.A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia. Entretanto, em que pese tenha apurado lucro contábil em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, bem como tenha apresentado melhora no resultado econômico dos exercícios, a apresentação de contínuos prejuízos operacionais, deficiência de capital de giro e elevações do endividamento são indicadores que dificultam a Administração na manutenção e ampliação de suas atividades. Essa situação, além das exigibilidades em curto prazo dos empréstimos, fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a Companhia na manutenção de suas atividades.

Operação Riquixá

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, desde 2017 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo GAECO (Grupo de Atuação Especial ao Combate ao Crime Organizado) e GEPATRIA (Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e Combate à Improbidade Administrativa) do Núcleo Regional de Guarapuava, no contexto da Operação Riquixá, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à suposta fraude na licitação do transporte coletivo urbano de passageiros da cidade de Curitiba, Edital nº 005/2009 – Concorrência Pública e que envolvem em concessionárias do serviço de transporte público do Município de Curitiba, ex-executivos e executivos das empresas vencedoras do referido certame e da Companhia. O valor de causa em 2018 ação é estimada no montante de R\$ 8.657.236.823,29, sendo que essas investigações ainda se encontram em andamento, as quais culminaram a impetração de Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado do Paraná que requer entre outros pedidos, que seja declarada a nulidade integral do procedimento licitatório deflagrado pelo edital de concorrência n. 005/2009-URBS, bem como dos contratos nº 084/2010, nº 085/2010 e nº 086/2010, não havendo como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados da referida ação e por quaisquer desdobramentos e suas consequências futuras que, segundo informações dos assessores jurídicos da Companhia, não há previsão de término da ação, nem grau de certeza sobre o resultado, pois ainda não há manifestação do mérito da demanda. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. Entretanto, considerando a complexidade de determinadas circunstâncias, consideramos necessário comunicar os principais assuntos de auditoria em nosso relatório.

Porque é um PAA

Conforme Nota Explicativa às demonstrações financeiras número 6, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta saldo de contas a receber no montante de R\$ 35.520.058,95 (R\$ 30.792.185,63 em 2020), dos quais R\$ 28.556.642,51 (R\$ 23.818.109,27 em 2020), são oriundos de valores relacionados aos Permissãoários de Equipamentos Públicos administrados pela Companhia e R\$ 6.963.416,44 (R\$ 6.974.076,36 em 2020) são relacionados a contas a receber decorrentes de planos comunitários de pavimentação e saneamento. Além disso, o saldo da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD contabilizada em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 24.847.435,84 (idem em 2020) passou a ser contabilizado a partir do exercício de 2018. Nesse sentido, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, a partir de 2018 a Administração da Companhia revisou e alterou a política utilizada para mensuração da provisão para perda de crédito esperada com o objetivo de atender aos novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento da redução do valor recuperável do contas a receber.

Este tema foi considerado como um assunto crítico em nossa auditoria devido a mudança de conceito introduzida pela nova norma, alterando o conceito de "perda incorrida" para o conceito de "perda esperada" e, por esse motivo, para endereçar os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, tivemos um envolvimento significativo da equipe de auditoria com objetivo verificar, com base na norma mencionada, se a Administração da Companhia havia procedido com o julgamento adequado, visando implementar sua nova política contábil para mensuração da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa.

Efetuamos o entendimento dos julgamentos utilizados pela Administração da Companhia para definição da nova política contábil aplicada para provisão para perda de crédito esperada e observamos se os julgamentos e a modelagem financeira que foram utilizados possuíam amparo técnico no CPC 48 – Instrumentos financeiros, com o objetivo de avaliar a consistência técnica da nova política utilizada pela Administração.

Adicionalmente, obtivemos a memória de cálculo da matriz de provisões, do *Aging list* do contas a receber e do cálculo da provisão para perda de crédito esperada e efetuamos o recálculo dos mesmos com o objetivo de avaliar a precisão aritmética dos cálculos efetuados.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a estimativa de provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa registrada pela Administração, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Porque é um PAA

Conforme Nota Explicativa às demonstrações financeiras número 16, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta provisões para contingências das ações em (b) indagação à Administração sobre que parte, cujos processos são de natureza e riscos que envolvem as natureza trabalhista, cível, tributária/principais ações que a Companhia é parte; e administrativa inerentes ao curso e (c) análise das divulgações realizadas normal das suas atividades, no nas notas explicativas das demonstrações montante de R\$ 35.858.506,06 financeiras.

Além disso, avaliamos o desenho, que durante o exercício de 2019 implementação e a efetividade dos de 2020, foi concluído parcialmente controles internos chave existentes os trabalhos de levantamento e relacionados à determinação das catalogação das ações em que as destimativas para provisionar ou divulgar os Companhia é parte, que ocasionou valores em conformidade com o equilíbrio na reclassificação do risco jurídico de perdas dos litígios e à forma de garantir de parte significativa dessas ações, a integridade e atualização da classificação. Devido à relevância, complexidade de risco pela Companhia. Avaliamos a e julgamento e na avaliação/suficiência das provisões reconhecidas e mensuração e divulgação dos valores de contingências divulgados. Provisões e Passivos Contingentes por meio da análise dos critérios e e ao impacto que o montante/premissas utilizados para mensuração envolvido poderá ter nos resultados dos valores provisionados e/ou divulgados da Companhia, se as potenciais que levaram em consideração as exposições nestas causas foram/avaliações preparadas pelos materializadas, consideramos esse/assessores jurídicos internos da assunto relevante para a nossa Companhia.

Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia, obtendo uma amostra de 2020 e 2019 houve adequação de processos, e, com suporte de confirmação dos processos de classificação de saldos com assessores internos e do risco jurídico de perda de ganho ou perda avaliando a classificação de ações que compõem as referidas ganho ou perda considerando a classificação provisões, com efeitos significativos de risco considerada pela Companhia nas demonstrações financeiras baseada no mérito das causas e exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Informações e atualizações publicadas de 2020 e 2019 e, consequentemente, recentemente relativas ao andamento dos com reflexos no exercício de 2021 processos.

Adicionalmente, avaliamos quanto à Adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras em relação para o nosso processo de auditoria aos litígios provisionados e aos passivos em função do potencial risco contingentes.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a estimativa de provisão para contingências registrada na Administração, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujos valores são apresentados apenas para fins comparativos, foram anteriormente auditadas por nós que emitimos relatório sem ressalvas datado de 09 de abril de 2021, contendo ênfases semelhantes àquelas apresentadas anteriormente relacionada à Operação Riquixá e à incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação e eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 11 de abril de 2.022.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM 519/3

Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI 5344

KARINI LETÍCIA BAZZANEZE
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 6254

TBR220425 pdf

Código do documento 1007391e-a8af-4138-abae-f0c9691c9625



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

24 Apr 2022, 23:27:08

Documento 1007391e-a8af-4138-abae-f0c9691c9625 **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-24T23:27:08-03:00

24 Apr 2022, 23:27:42

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-24T23:27:42-03:00

24 Apr 2022, 23:28:09

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.157.162 (bfb19da2.virtua.com.br porta: 54460). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE_ATOM: 2022-04-24T23:28:09-03:00

Hash do documento original

(SHA256):51ac636e8d41c53549cb885d8582cd18a5aa778fc3d091357f7e787d599deac9

(SHA512):5debc3034d11d277d4dfb3e790b897cda6e93cf34c4225c450abd6e73c2b4ee2f8fb634a2fd25c49e239e205fd8deac74257c43f511991a5d6c932bae9f88b

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign